



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,
REALIZADA NO DIA 27 DE JUNHO DE 2019

Handwritten signatures in blue ink:
1. *[Signature]*
2. *[Signature]*
3. *[Signature]*

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Vila Nova de Cerveira, em sessão ordinária, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**: -----

1. Período de “antes da ordem do dia”; -----
2. Alteração da Designação do nome da “Associação de Municípios do Alto Minho Proteção Civil Municipal” para “AMAMinho - Associação de Municípios do Alto Minho Proteção Civil Municipal”; -----
3. Consolidação de Contas 2018; -----
4. Transferência de Competências para as Autarquias Locais – Aceitação de Transferência de Competências na Área da Educação; -----
5. Transferência de Competências para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, no domínio da Saúde; -----
6. Transferência de Competências para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, para as autarquias locais (Órgãos das Freguesias). -----

Efetuada a chamada (**Anexo 1**), verificou-se a existência de **Quórum** com a presença da totalidade dos 26 membros da Assembleia. -----

Foi recebida a comunicação de impossibilidade de presença e respetiva substituição do Sr. presidente da **União de freguesias de Campos e Vila Meã**, e conforme estipulado no art.º 15.º do Regimento da Assembleia Municipal, faz-se substituir pela secretária, Sra. **Ana Cristina Araújo Fernandes Barbosa (Anexo 2)**, -----

Foram recebidas via e-mail, as comunicações de **impossibilidade de presença** à sessão desta assembleia municipal dos senhores/as: -----

João Araújo que comunicou antecipadamente a sua impossibilidade de estar presente na próxima reunião, solicitando a sua substituição (**Anexo 3**), pelo que foi convocada a Sra. **Rita Carvalho**. -----

Mário Afonso, que comunicou antecipadamente a sua impossibilidade de estar presente na próxima reunião, solicitando a sua substituição (**Anexo 4**), pelo que foi convocada a Sra. **Miriam Virgínia**; -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature and initials in blue ink.

Mateus Pires, que comunicou antecipadamente a sua impossibilidade de estar presente na próxima reunião, solicitando a sua substituição (**Anexo 5**), pelo que foi convocado Sr. **César Marques**; -----

Ana Santos (1ª Secretária), que comunicou antecipadamente a sua impossibilidade de estar presente na próxima reunião, solicitando a sua substituição (**Anexo 6**), pelo que foi convocado o Sr. **Paulo Alves**. -----

Foi ainda recebida a comunicação de impossibilidade de presença e respetiva substituição do Sr. presidente **de freguesias de Cornes**, e conforme estipulado no art.º 15.º do Regimento da Assembleia Municipal, faz-se substituir pelo Tesoureiro Sr. **João Baptista Lameira da Cunha (Anexo 7)**, -----

A Câmara Municipal, fez-se representar pelo seu Presidente senhor Fernando Nogueira, tendo ainda assistido à sessão os senhores vereadores Vítor Costa e Aurora Viães. -----

Constatando-se a falta da 1.ª Secretária, o Sr. Presidente convidou para preencher a mesa a Sra. deputada Margarida Barbosa, que ocupou o lugar de 2.ª Secretária. -----

PONTO UM da ordem de trabalhos: “**período de Antes da Ordem do Dia**” -----

a) Leitura e aprovação das atas anteriores e prestação de informações e esclarecimentos.

Foi submetida à apreciação e votação a **ata da sessão de 12 de abril**, tendo sido **aprovada por unanimidade de 19 votos**. -----

Conforme determina o n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, não participaram nesta votação os deputados **Rui Esteves, Ana Barbosa, João Cunha, Miriam Virgínia, César Marques, Paulo Alves e Rita Carvalho**, por não terem estado presentes nessa reunião. -----

Foi igualmente colocada à disposição da Assembleia, e efetuada uma breve apresentação pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a “**Informação da Atividade Municipal**” nos últimos meses (**Anexo 8**), a listagem de processos judiciais pendentes em 24/06/2019 e sobre o estado atual dos mesmos (**Anexo 9**), a “**Informação municipal da dívida a fornecedores e empreiteiros no montante de 341.279,36 € (trezentos e quarenta e um mil, duzentos e setenta e nove euros e trinta e seis cêntimos)**”, (**Anexo 10**) e o “**Resumo Diário da Tesouraria**” n.º 123 datado de 26/06/2019 (**Anexo 11**). -----

b) Votos de Louvor, Congratulações, Saudações e Votos de Pesar.-----

Neste ponto inscreveram-se e usaram da palavra os deputados: -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature in blue ink.

Manuel Ramalho – Em nome da bancada do Pence e através da leitura do documento em anexo (**Anexo 12**), proferiu dois Votos de Louvor, um ao “CDC – Clube Desportivo de Cerveira”, por ter conseguido o triplete das competições em que estava envolvido pela Associação de Futebol de Viana do Castelo, e o outro ao Voto de Louvor ao “Cerveira Futsal Clube” por também ter conseguido vencer nesta época os três títulos distritais, nomeadamente Campeonato, Taça e Supertaça da associação de Futebol de Viana do Castelo. -----

A bancada do Partido Socialista associou-se a estes votos. -----

Márcia Araújo – através da leitura documento em anexo (**anexo 13**), proferiu um voto de congratulação a todos os atletas das várias instituições desportivas do concelho, aproveitando para desejar os maiores êxitos desportivos para a próxima época. -----

Margarida Barbosa – Em nome da bancada do Pence e através da leitura do documento em anexo (**Anexo 14**), proferiu um Voto de Congratulação à aluna do 6.º ano de escolaridade do Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Cerveira, Leonor Dantas Pereira, por ter alcançado o 1.º lugar no Concurso Nacional de Leitura. -----

Seguidamente e também através da leitura documento em anexo (**anexo 15**), proferiu um voto de congratulação ao Museu da Bienal de Arte de Cerveira por ter sido considerado o Melhor Museu de 2019, numa organização da presidência da República e da APOM – Associação Portuguesa de Museologia. -----

Ambos os votos foram admitidos e aprovados por unanimidade. -----

O Diretor Artístico da Fundação Bienal, Prof. Cabral Pinto, a pedido do PCM, fez uma breve apresentação do relatório da Bienal de Arte de Cerveira. -----

c) Intervenções políticas e interpelações ao Presidente da Câmara Municipal. -----

Carla Segadães – Colocou várias questões ao PC: o que está a ser feito com o lixo da feira, pois existe uma empresa de limpeza, mas posteriormente verificamos a existência de lixo; o Agrupamento de Escolas realizou uma atividade sobre a qualidade da água do ribeiro de S. Gonçalo e de recolha de lixo, onde recolherem 24 kg de lixo; a venda ambulante, uma vez que estamos a chegar à altura do verão e verifica-se um aumento de vendedores, se está a ser feita alguma coisa; situação do Mercado Municipal, refere que está vazio, não há onde comprar nada. Mais refere que existem locais e regiões onde se realizam roteiros, questiona se não existem atividades ou ideias para o nosso mercado; quanto ao Castelo, sabemos que existem dois investidores, quais são as intenções? -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signatures in blue ink:
1. Top signature: "Amílcar" (likely Amílcar de Almeida)
2. Middle signature: "Cristina" (likely Cristina Martins)
3. Bottom signature: "Vale" (likely Fernando Venade)

Rui Esteves - através da leitura documento em anexo (**anexo 16**), proferiu uma intervenção sobre a recente repavimentação da Estrada Nacional 301 – Caminha, Vila Nova de Cerveira, Paredes de Coura, manifestando o seu desagrado por apenas se ter verificado a repavimentação do troço da estrada que pertence ao concelho de Caminha, e em que era menos necessária intervir, ao contrário do que se passa no troço dentro dos limites dos concelhos de V.N. Cerveira a Paredes de Coura, em que a estrada se encontra quase intransitável, com alto índice de perigosidade, com troncos de árvores que chegam ao meio da via, completamente esburacada, mais parecendo os chamados caminhos de cabras. -----

Perante os factos descritos, a Câmara Municipal e a junta de Freguesia de Covas já manifestaram ao senhor Secretário de Estado, o seu desagrado com a situação, apelando ao bom senso, no sentido da repavimentação completa da EN 301, particularmente no tronco urbano da freguesia de Covas, pois é onde se encontra mais degradada. -----

Rui Esteves - através da leitura documento em anexo (**anexo 17**), proferiu uma intervenção exaustiva sobre a prospeção e exploração Mineira de Lítio em Covas, pronunciando-se redondamente contra. -----

Fernando Marinho - através da leitura dos documentos em anexo (**anexo 18 e 19**), proferiu uma intervenção sobre a prospeção e exploração Mineira de Lítio, informando que no dia seguinte, na sua Assembleia de Freguesia vai propor um parecer negativo à exploração de Lítio nos nossos montes. Finalizou esta intervenção com a célebre frase “Somos todos Serra d’Arga”. -----
Seguiu-se a segunda intervenção, sobre o uso dos contentores de lixo. -----

Manuel Ramalho - através da leitura documento em anexo (**anexo 20**), pronunciou-se sobre diversos assuntos, tais como, os recentes dados do INE, que vem confirmar que o nosso concelho atingiu um novo recorde de volume de exportações em 2018; a avaliação alcançada pelo Município de Vila Nova de Cerveira no Rating Municipal Português; os níveis de abstenção registados nas últimas eleições europeias, entre outros. -----

Fernando Venade – Informou que irá realiza-se uma Reunião Extraordinária da CIM, e que apesar de ser extraordinária, a bancada do PS vai apresentar uma moção sobre este assunto. ---

Cristina Martins - através da leitura documento em anexo (**anexo 21**), pronunciou uma Moção de rejeição à “Prospeção e eventual exploração de Lítio na serra D’Arga: freguesia de Covas e em qualquer outro local do Território Municipal”. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Terminado o período das intervenções políticas, foi dada a palavra ao senhor **presidente da câmara municipal**, que prestou as informações relevantes sobre todas as questões de diversa natureza que lhe foram colocadas no âmbito das intervenções precedentes. Assim, disse o seguinte: -----

Ribeiro de S. Gonçalo: Este é um assunto que não está esquecido. Não obstante uma mera limpeza não soluciona este problema, uma vez que será necessária uma intervenção mais profunda. A fiscalização municipal também não funciona e deve ser reforçada a consciencialização ambiental. Eventualmente poderá surgir através de uma candidatura, uma oportunidade de financiamento. -----

Venda ambulante: A venda ambulante no Parque do Castelinho ou até mesmo no Largo do Terreiro é, e sempre foi feita, de forma informal. São vendidos produtos locais e regionais como cerejas, castanhas e roscas. Tudo o resto não está autorizado. Poderá existir uma falha de fiscalização, mas a nossa política é a de sensibilizar e a repressão será sempre o fim de linha. ---

Lixo no recinto da feira semanal: A limpeza encontra-se prevista no regulamento de concessão (Regulamento de Exercício de Atividade de Comércio a retalho não sedentária exercida por feirantes e vendedores ambulantes), que prevê que antes de abandonar o recinto os feirantes devem promover à limpeza dos espaços. Numa ação de sensibilização, o Sr. Vereador (Vitor Costa) fez questão de se dirigir pessoalmente ao recinto para falar sobre este problema com os feirantes. Serão praticadas contraordenações por incumprimento. -----

Mercado: Este não é um caso isolado de Vila Nova de Cerveira. Os mercados que operam segundo o modelo tradicional estão esgotados, veja-se o funcionamento dos mercados nos concelhos vizinhos. Será necessário repensar num novo modelo que, certamente, exigirá uma intervenção bem mais profunda e um novo modelo de exploração. -----

Castelo de Cerveira: O concurso público lançado para o Castelo de Cerveira foi o que, a nível nacional, obteve mais procura, tendo-se registado mais de 20 interessados e 2 concorrentes efetivos. Um terceiro não foi admitido ou não conseguiu concretizar a proposta, alegadamente por a plataforma não estaria operacional. As duas propostas registadas na plataforma encontram-se em análise. O funcionamento e o acesso ao Castelo serão semelhantes ao quando funcionava a Pousada D. Dinis, espaços públicos visitáveis. -----

Covas EN 301: Foi-nos comunicado de um modo um pouco informal que a Infraestruturas de Portugal não teria verba para a requalificação total. Foi referido que o contrato de manutenção



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signature in blue ink]
[Handwritten signature in blue ink]
[Handwritten signature in blue ink]

seria continuado quando houvesse disponibilidade financeira, entre 2019 e até final de 2020. A intervenção foi inicialmente realizada desde Caminha até ao nó da A28. Posteriormente, avançou até ao limite com o Concelho de Vila Nova de Cerveira (Ponte de S. João) e apenas nos foi comunicado o desvio de trânsito. Foi feita a devida chamada de atenção e o nosso desagrado foi comunicado ao Presidente do Conselho de Administração Executivo da Infraestruturas de Portugal, Dr. António Laranjo, e ao Secretário de Estado das Infraestruturas, Eng. Jorge Delgado. Foram desenvolvidos os devidos procedimentos e aguardamos agora uma explicação. -----

Prospecção e/ou exploração de lítio: Os municípios de Caminha, Viana do Castelo e Ponte de Lima desenvolveram um estudo da Serra d'Arga com vista à classificação como Área de Paisagem Protegida. Contestei na CIM Alto Minho, junto dos colegas a não inclusão de Vila Nova de Cerveira, ao que me foi dito que era um projeto da Foz do Âncora. Não ficamos parados e encomendamos um projeto para o território de Vila Nova de Cerveira nos mesmos moldes. A freguesia de Covas também irá entrar nesse processo. -----

Quanto à questão do lítio, a Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira foi oficialmente notificada, a 17 de junho, pela Direção-Geral de Energia e Geologia para se pronunciar relativamente à prospecção de lítio na Serra d'Arga, tendo sido emitido um parecer desfavorável à pretensão de prospecção e/ou exploração de lítio naquele local, em Covas ou em qualquer outro espaço do território municipal. Não é uma posição partidária, mas sim política. Já foi feita uma reunião entre os 5 municípios do Alto Minho envolvidos e entendemos por bem cada um tomar uma posição individual. A questão foi também levada a reunião de Câmara, tendo o executivo municipal apreciado o parecer anteriormente emitido, ratificando-o por unanimidade. -----

Esta é a primeira fase de contestação política. Se o Estado prosseguir com esta intenção serão empregues todos os meios legais para travar a intenção. O executivo municipal não é, nem pode ser um agitador político e de massas. Há outros meios, e não fugiremos às nossas responsabilidades com a ajuda de todos. Devemos esquecer os posicionamentos político-partidários. -----

Colocação de resíduos não doméstico nos contentores: Esta é uma questão de cidadania. Mas o regulamento e as regras já existem e podem ser consultados no site da Câmara Municipal, eventualmente pode é a fiscalização não ser eficaz. -----

PONTO DOIS da ordem de trabalhos **“Alteração da Designação do nome da “Associação de**



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municípios do Alto Minho Proteção Civil Municipal” para “AMAMinho - Proteção Civil - Associação de Municípios do Alto Minho Proteção Civil Municipal” -----

Presidente da Câmara: explicou que, à designação anterior, apenas tinha sido acrescentada a sigla “AMAMinho – Proteção Civil” por efeitos de realização da escritura. -----

----- Não havendo intervenções sobre este assunto foi submetido e aprovado por unanimidade a alteração do nome e todos os Regulamentos/Estatutos, conforme proposta apresentada **(Anexo 22)**. -----

Fernando Venade – Não tendo a ver diretamente com o assunto aprovado, mas sim desta Associação, colocou três pequenas questões, nomeadamente se o Município de Paredes de Coura aderiu a este projeto, a questão dos hangares e por último as Equipas de Sapadores. -----

PONTO TRÊS da ordem de trabalhos “Consolidação de Contas 2018” -----

Presidente da Câmara: É um relatório consolidado e coerente. Não foram identificadas correções, reservas ou chamadas de atenção pelo ROC. Respondendo à sugestão levantada pelo Senhor Deputado Fernando Venade: No próximo ano, a Câmara Municipal podem incluir o património que detém noutras instituições no documento. De resto, a legalidade está salvaguardada. Nenhuma das empresas associadas apresenta contas desequilibradas. Apenas a FBAC vive com dificuldades financeiras, principalmente quando não obtém apoios do Estado. -

Fernando Venade – Lança o desafio, para que nos próximos anos a Câmara Municipal dê conhecimento do património que detém nas outras valências (CIM, Eólicas, etc). -----

Presidente da Câmara - Respondendo à sugestão levantada pelo Senhor Deputado Fernando Venade: No próximo ano, a Câmara Municipal podem incluir o património que detém noutras instituições no documento. De resto, a legalidade está salvaguardada. Nenhuma das empresas associadas apresenta contas desequilibradas. Apenas a FBAC vive com dificuldades financeiras, principalmente quando não obtém apoios do Estado. -----

Submetidos à votação foram os documentos de Consolidação de Contas **(Anexos 23, 24 e 25)** aprovados por unanimidade. -----

PONTO QUATRO da ordem de trabalhos “Transferência de Competências para as Autarquias Locais – Aceitação de Transferência de Competências na Área da Educação” **(Anexo 26)** -----

Presidente da Câmara: Desde 2009 que a Câmara Municipal detém competências na Área da Educação e, tendo em conta o grande serviço prestado, não faria sentido haver agora um recuo.



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Esta questão refere-se a um âmbito mais alargado e pretende-se dar continuidade ao trabalho desenvolvido com o Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Cerveira. A CIM Alto Minho também já assume estas competências nas suas atividades, como por exemplo com o programa "School 4 all", promoção de concursos escolares e na gestão da rede escolar. Este assunto terá de ser concertado e aprovado em todos os municípios pertencentes à CIM Alto Minho, mas à partida não haverá constrangimentos. -----

Considerando que: -----

No dia dezassete de agosto entrou em vigor a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que aprovou a Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais; -----

Pese embora tenha por objeto "quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais", esta Lei remete para diplomas legais de âmbito sectorial a transferência de novas competências, a identificação da respetiva natureza, a forma de afetação dos respetivos recursos e a definição das disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa; -----

Apesar de definir o dia 15 de setembro de 2018, como prazo limite para os órgãos deliberativos das autarquias locais e das entidades intermunicipais se pronunciarem relativamente à sua intenção de assumirem as novas competências já em 2019, o legislador faz depender a eficácia desta Lei da aprovação dos respetivos diplomas legais de âmbito setorial, acordados com a Associação Nacional de Municípios Portugueses; -----

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 44.º da Lei a aprovação dos referidos diplomas seria concretizada "de forma a permitir a aplicabilidade e eficácia" do prazo definido para 15 de setembro de 2018. No entanto, não foi cumprido e a onze dias úteis daquele prazo os diplomas referidos não tinham sido ainda aprovados, não se encontrando reunidas as condições para que o Município de Vila Nova de Cerveira pudesse tomar uma decisão sobre esta matéria, na sequência de uma análise ponderada dos referidos diplomas; -----

Entretanto foi publicado o seguinte diploma: -----

- Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro - concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da educação, ao abrigo dos artigos 11.º e 31.º da lei 50/2018, de 16 de agosto; -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Este diploma, em matéria de produção de efeitos estabelece que relativamente ao ano de 2019, os municípios que não pretendam a transferência das competências previstas neste diploma comunicam esse facto à Direção-Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos, no prazo de sessenta dias, após a entrada em vigor do mencionado diploma; -----

Entretanto foi publicada a Declaração de Retificação n.º 10/2019, de 25 de março, que vem retificar o artigo 76.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, resultando desta retificação que o prazo para comunicar à DGAL a não aceitação da transferência das competências previstas no presente Decreto-Lei (domínio da educação), passou de 30 de abril de 2019, para 30 de junho de 2019; -----

De referir ainda que, este Decreto-Lei, refere que a transferência das competências para as entidades intermunicipais depende do prévio acordo de todos os municípios que as integram e que esse acordo é da competência da Assembleia Municipal; -----

Por último, dizer que, para esta Câmara Municipal por força do contrato de execução assinado em 16 de setembro de 2008, com o Ministério da Educação, já foram transferidas as competências no domínio da educação. -----

No âmbito do Município: -----

Competências que o Município pretende exercer no ano de 2019: -----

1 – Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto na alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e nos termos e para efeitos do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, propor à Assembleia Municipal que delibere que o Município de Vila Nova de Cerveira pretende exercer, no ano de 2019, as competências previstas na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, nomeadamente:

1.1 – Pretende exercer as competências previstas no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, diploma que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da educação, ao abrigo dos artigos 11.º e 31.º da lei 50/2018, de 16 de agosto; -----

1.2 – Tal aceitação, vem como já referido, no seguimento do exercício dessas competências desde a assinatura do contrato de execução (16.09.2008), não fazendo qualquer sentido, nesta data, não aceitar as competências agora estabelecidas no decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro.



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signatures in blue ink]

A Assembleia Municipal pronunciou-se e deliberou, por unanimidade, aceitar estas competências para o Município, para o ano de 2019. -----

2. No âmbito das Entidades Intermunicipais: -----

2.1 - O Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, que concretizou a transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio da educação, ao abrigo dos artigos 11.º e 31.º da Lei 50/2018, de 16 de agosto; -----

2.2 – Que, no domínio anteriormente mencionado, a CIM do Alto Minho, em articulação com os Municípios seus associados e demais entidades públicas, associativas e privadas que atuam nesta temática e no território da NUT III Alto Minho, tem vindo a desenvolver um conjunto alargado de atividades que lhe conferem capacidade técnica e de prossecução das competências descritas no diploma legal mencionado; -----

2.3 – Que o atual plano de atividades e respetivo orçamento da CIM para 2019 prevê iniciativas que visam concretizar os objetivos inerentes à transferência de atribuições e competências no referido domínio, nomeadamente ao nível da operacionalização do (i) Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar “Alto Minho – School 4All”, abrangendo nomeadamente as seguintes ações: (i.1) Dinamização da rede Territorial Educativa do Alto Minho; (i.2) Promoção de concursos escolares de âmbito intermunicipal; (i.3) Ações específicas de âmbito intermunicipal de promoção do sucesso educativo; (ii) “Pacto para a Empregabilidade do Alto Minho”, nomeadamente através da monitorização do “Estudo de Antecipação das Necessidades de Qualificações do Alto Minho em colaboração com a ANQEP – Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, o qual tem como objetivo criar um Sistema de identificação de necessidades de qualificações e de indicação de áreas e saídas profissionais prioritárias para a rede de educação e formação. -----

2.4 – Que seja apresentada proposta para acordo prévio de todos os órgãos deliberativos dos Municípios que integram a CIM, para aceitação, em 2019, da transferência das competências apenas no domínio da educação. -----

3 – Que delibere comunicar as deliberações que vierem a ser tomadas pela Assembleia Municipal à Direção-Geral das Autarquias Locais, relativamente à presente proposta. -----

A Assembleia Municipal pronunciou-se e deliberou, por unanimidade, aceitar estas competências para a CIM Alto Minho, para o ano de 2019. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

PONTO CINCO da ordem de trabalhos “**Transferência de Competências para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, no domínio da Saúde**” (Anexo 27). -----

Presidente da Câmara: Apenas se propõe a transferência desta competência para a CIM Alto Minho, a qual até já exerce funções no Conselho Consultivo da ULSAM e na designação dos seus órgãos. A Câmara Municipal não tem condições de passar assumir estas competências, e este tema não está minimamente trabalhado, tendo a proposta que ser melhorada. A pretensão de transferência de competências é onerosa e perigosa. O Estado tem de primeiro criar condições. Espera-se um decreto regulamentar e uma evolução positiva nesta matéria. De imediato, devemos salvaguardar-nos. Há muitas questões ainda em aberto. -----

Considerando que a transferência das competências para as entidades intermunicipais depende do prévio acordo de todos os municípios que as integram e que esse acordo é da competência da Assembleia Municipal; -----

No âmbito do Município: -----

Competências que o Município não pretende exercer no ano de 2019: -----

1 – Ao abrigo do disposto na alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e nos termos e para efeitos do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, propor à Assembleia Municipal que delibere que o Município de Vila Nova de Cerveira não pretende exercer, no ano de 2019, as competências previstas na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, nomeadamente: -----

1.1 – Não pretende exercer as competências previstas no Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, diploma que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da Saúde, ao abrigo dos artigos 13.º e 33.º da lei 50/2018, de 16 de agosto; -----

A Assembleia Municipal pronunciou-se e deliberou, por unanimidade, não aceitar estas competências para o Município, para o ano de 2019. -----

2. No âmbito das Entidades Intermunicipais: -----

2.1 - O Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, que concretizou a transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio da Saúde, ao abrigo dos artigos 13.º e 33.º da Lei 50/2018, de 16 de agosto; -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signature and initials in blue ink]

2.2 – Que, no domínio anteriormente mencionado, a CIM do Alto Minho, em articulação com os Municípios seus associados e demais entidades públicas, associativas e privadas que atuam nesta temática e no território da NUT III Alto Minho, tem vindo a desenvolver um conjunto alargado de atividades que lhe conferem capacidade técnica e de prossecução das competências descritas no diploma legal mencionado; -----

2.3 – Que, no domínio da Saúde, a CIM Alto Minho, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro, preside já ao Conselho Consultivo da Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE (ULSAM), tendo também designado um representante nos órgãos de gestão de ULSAM; -----

2.4 – Que seja apresentada proposta para acordo prévio de todos os órgãos deliberativos dos Municípios que integram a CIM, para aceitação, em 2019, da transferência das competências apenas no domínio da Saúde. -----

3 – Que delibere comunicar as deliberações que vierem a ser tomadas pela Assembleia Municipal à Direção-Geral das Autarquias Locais, relativamente à presente proposta. -----

A Assembleia Municipal pronunciou-se e deliberou, por unanimidade, aceitar estas competências para a CIM Alto Minho, para o ano de 2019. -----

PONTO SEIS da ordem de trabalhos “**Transferência de Competências para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, para as autarquias locais (Órgãos das Freguesias)**” (Anexo 28). -----

Presidente da Câmara: Este é também um tema complexo, uma vez que o envelope financeiro não irá aumentar. Se as freguesias ficassem com estas competências teriam de ter pessoal administrativo e de assumir compromissos para os quais não estão preparados e não têm capacidade de resposta. -----

Considerando que: -----

No dia dezassete de agosto entrou em vigor a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que aprovou a Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais; -----

Pese embora tenha por objeto “quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais”, esta Lei remete para diplomas legais de âmbito sectorial a transferência de novas competências, a identificação da respetiva natureza, a forma de afetação dos respetivos recursos e a definição das disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa; -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Apesar de definir o dia 15 de setembro de 2018, como prazo limite para os órgãos deliberativos das autarquias locais e das entidades intermunicipais se pronunciarem relativamente à sua intenção de assumirem as novas competências já em 2019, o legislador faz depender a eficácia desta Lei da aprovação dos respetivos diplomas legais de âmbito setorial, acordados com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, diplomas esses que, entretanto, e de forma faseada foram sendo publicados; -----

Entretanto foi publicado o seguinte diploma: -----

Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril - concretiza a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias, ao abrigo do n.º 2 do artigo 38 da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto. -----

Resulta deste diploma que se as freguesias não manifestarem a sua intenção de não pretenderem a transferência das competências que se encontrem elencadas no seu n.º 1 artigo 2.º, como competências originárias das freguesias, poderá entender-se que tais competências são transferidas já em 2019. -----

O legislador prevê, no entanto, a possibilidade de se manterem no âmbito de intervenção dos municípios as competências que se revelem indispensáveis para a gestão direta dos municípios ou para a execução de missões de interesse geral e comum a toda ou a uma parte do município. Estabelece ainda o legislador que os recursos financeiros afetos às transferências de novas competências para as freguesias, pelos municípios, provêm do orçamento municipal. Ora a afetação de todas as verbas necessárias para o exercício das competências elencadas no n.º 1 do artigo 2.º às freguesias implicaria que se reiniciasse todo o procedimento de elaboração do orçamento aprovado para o ano em curso. -----

Tenho a honra de propor: -----

1 - Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto na alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e ao abrigo do disposto no número 4.º do artigo 39.º da Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais, propor à Assembleia Municipal que: -----

1.1 – Delibere que as competências referidas no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei 57/2019, de 30 de abril, são indispensáveis para a gestão direta pelo município e têm natureza estruturante para o Município, para a execução de missões de interesse geral e comuns a todo o Município, consequentemente o superior interesse público, a eficácia e eficiência que as mesmas se



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signatures in blue ink:
1. Top signature: "Leonor" (likely Leonor da Costa)
2. Middle signature: "Carlos" (likely Carlos Seixas)
3. Bottom signature: "Vesp" (likely Vespertino)

mantenham no âmbito de intervenção do Município, sem prejuízo da manutenção da eficácia dos acordos de execução já celebrados; -----

2 - Que delibere comunicar a deliberação que vier a ser tomada pela Assembleia Municipal à Direção-Geral das Autarquias Locais, relativamente à proposta de não transferência das competências identificadas no ponto 1.1. -----

Ana Montenegro – Na qualidade de presidente da Junta de Freguesia de Loivo, e através da leitura do documento em anexo (**Anexo 29**), manifestou o seu descontentamento pela forma como foi desencadeado o procedimento das atribuições das transferências, pelo executivo e que prejudicam Loivo. No entanto clarifica que, hoje votará favoravelmente a proposta apresentada, não por julgar esta proposta positiva a Loivo, mas por a julgar a menos prejudicial para a gestão financeira de Loivo, durante o ano corrente. -----

Manuel Esteves - Na qualidade de presidente da Junta de Freguesia de Sapardos e através da leitura do documento em anexo (**Anexo 30**), manifestou o seu desagrado pela falta de comunicação por parte da Autarquia, uma vez que a mesma deveria primeiro submeter a proposta às Juntas de Freguesia para se pronunciarem sobre este assunto, facto que não aconteceu, antes de a mesma ser submetida à Assembleia Municipal. -----

No entanto, o busílis da questão prende-se com orientações/obrigações que cada junta de freguesia terá forçosamente que assumir, tendo enumerado algumas delas. -----

Por todas as razões enumeradas, considera que a Freguesia de Sapardos não está em condições ideais para receber as competências descritas na legislação, pelo que votará favoravelmente a proposta apresenta pelo Executivo Municipal. -----

Fernando Marinho – Exteriorizou o seu desagrado perante a atitude do Governo. Primeiro acabam (agregam) com as freguesias e depois dão-lhes competências. Andam a brincar connosco?! Nós somos nós, não somos Lisboa ou Porto. -----

A Assembleia Municipal pronunciou-se e deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à proposta apresentada pela Câmara Municipal, para o ano de 2019. -----

Terminados os pontos da ordem de trabalhos o Presidente da assembleia abriu o **período reservado ao público**, tendo-se registado a inscrição I do **Sr. Carlos Seixas**, residente em Geraz do Lima, e na qualidade de porta-voz do "Movimento SOS – Serra D'Arga" proferiu uma intervenção sobre a Prospeção de Lítio. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Não havendo mais assuntos a tratar e por proposta do Presidente da Mesa, foi esta Ata, por **unanimidade, aprovada em minuta**, afim das deliberações tomadas produzirem efeitos de imediato, tendo sido dado à mesa o inerente voto para a sua elaboração definitiva. -----

E nada mais havendo a tratar foi esta sessão encerrada pelas 00h50. -----

E eu, **Helena Paula Barroso Martins**, Assistente Técnica nomeada para o efeito, a redigi e subscrevi. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,

(António Duarte Cunha Machado)

A 2ª Secretária a exercer funções de 1.ª Secretária,

(Cristina Sofia Martins)

A deputada a exercer funções de 2.º Secretária,

(Maria Margarida da Rocha Barbosa)

A Assistente Técnica,

(Helena Paula Barroso Martins)